



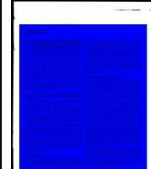
**SEBASTIÃO FEYO DE AZEVEDO, REITOR DA UNIVERSIDADE PORTUCALENSE
MEMBRO DO CONSELHO SOCIAL DA EAPN PORTUGAL**

“A luta contra a pobreza requer ação firme, em rede” e “tem de prevalecer o sentimento de que há muitíssimo para fazer”

Sebastião Feyo de Azevedo, nasceu no Porto, em 1951. Do avô paterno, médico no Porto e numa aldeia durienese, Guiães, durante mais de 70 anos, herdou o nome e um certo modo de ser solidário, de olhar pelo Outro, sem nada esperar em troca. “Mas, atenção, não sou pelo assistencialismo; sou pela solidariedade”. Da infância, guarda, memórias aprazíveis, por exemplo, uma visita de burro, com irmãos e primos, a São Leonardo de Galafura, “a mais bela vista de Portugal cantada por Torga; troço de rio Douro que daí se vê, entre a Régua e o Pinhão” onde atualmente regressa, episodicamente, de automóvel. Licenciado em Engenharia Química e doutorado pela Universidade do País de Gales escolhe “Tabacaria”, de Álvaro de Campos, como um dos poemas de eleição, não seja também engenheiro com formação no Reino Unido. Queirosiano, leitor assíduo, “fascinado por António Macedo e Cargaleiro” é na música que encontra verdadeiro deleite; arte maior que o inspira e motiva. Considera-se “uma pessoa positiva” e faz por ter um envelhecimento ativo “sem pensar muito no assunto” para não se deter em aspetos menos agradáveis. Gosta de caminhar e diz que tem a sorte de viver perto do mar. Prefere, falar do futuro, das netas, das filhas e da mulher – “instituição avó”; pilares incontornáveis da sua vida.

Soma diversas distinções nacionais e internacionais, em diferentes áreas e é atualmente, reitor da Universidade

Portucalense. Também o foi da Universidade do Porto e, naturalmente, é muito atento aos temas da Educação e da sociedade em geral. Aliás, um dos livros que recomenda, visível em cima da secretária, faz um diagnóstico atual das falhas do capitalismo e sugere como reparar a situação. Polémico, o livro do economista Paul Collier, permite considerações sobre os EUA e outras sociedades ocidentais, fazendo contraponto entre cidades prósperas versus municípios rurais; elite altamente qualificada versus países menos instruídos, ricos e em desenvolvimento. “À medida que essas divisões se aprofundam, perdemos o senso de obrigação ética para com os outros que foi crucial para a ascensão da social-democracia do pós-guerra. Até agora, essas falhas apenas tiveram resposta por via de ideologias revivalistas do populismo e socialismo, conduzindo aos levantamentos sísmicos de Trump, Brexit e, na Alemanha, ao retorno da extrema direita. Ouvimos muitas críticas ao capitalismo, mas ninguém estabeleceu uma maneira realista de corrigi-lo, até agora”, lê-se na sinopse da obra que “mostra como salvar o capitalismo de si mesmo”. Para já, fiquemos com a visão do Professor Feyo de Azevedo, membro do Conselho Social da EAPN Portugal, sobre alguns temas que estão no ADN desta revista e que não são indiferentes à sua forma de estar e ver o mundo.



ENTREVISTA MARTA VAZ
FOTOGRAFIA EGÍDIO SANTOS

Sendo convidado a integrar o Conselho Social da EAPN Portugal e tendo em conta a sua sensibilidade, enquanto cidadão, para as causas sociais, qual a sua visão da luta contra a pobreza e a exclusão social?

Entendo que a luta contra a pobreza e a exclusão social é um objetivo incontornável na vida de quem tem uma visão humanista do mundo, da existência humana. Sendo que a conceção de Humanismo tem diversas vertentes, pode ser vista com múltiplas lentes e sob vários prismas, no entanto, creio que terá um denominador comum prático: o do entendimento e preocupação ética de assegurar a todos uma vida digna, nas diferentes esferas da vida humana, nomeadamente na habitação, alimentação, saúde, educação, trabalho, e de tratamento em igualdade de dignidade para todos os cidadãos. E não quero ser académico, quero ser pragmático, porque os objetivos de luta contra a pobreza e a exclusão não se resolvem com discursos académicos ou políticos, nem com intenções em programas eleitorais. A luta contra a pobreza requer ação firme, em rede, partindo dos factos e atuando na resolução de situações concretas.

Como pode a Universidade contribuir para esta luta. Como pode desempenhar a sua responsabilidade social?

Abro já aqui um parêntesis que me parece necessário, embora me vá conter para não entrar em excessos de natureza política. É bem claro que a pobreza e a exclusão social, sentida por todos, num mundo cada vez mais desigual, é inequivocamente inaceitável e inadmissível e tem de ser atacada. A sua eliminação, ou mais realisticamente a sua minimização, tem de estar no topo das nossas preocupações e prioridades de ação. No entanto – este é o parêntesis - sofremos muito do problema ‘memória curta’. É uma chaga que não é de hoje, nem de Portugal. Creio que é uma ferida mundial. A pobreza e a exclusão social não são um problema de hoje, da nossa contemporaneidade; é transversal a todos os tempos. No nosso país, basta que recuemos ao período antes do 25 de abril, das enormes e múltiplas carências em que a maioria da população vivia, das centenas de milhares, ou milhões, que viviam na miséria, sem qualquer apoio no que concerne, por exemplo, à educação ou mesmo a serviços básicos de saúde. Houve obviamente progressos, mas importa e tem de prevalecer o sentimento de que há muitíssimo para fazer.

Quer precisar?

Há um chocante falhanço da promessa do regime democrático e do apelo em convergirmos para essa Europa mais desenvolvida. Percebemos níveis salariais baixíssimos num Portugal que se deseja europeu e temos, ainda,

uma enorme dificuldade competitiva como país. E se faço este comentário, e não me alongando, é porque na minha opinião o problema da pobreza resolve-se, por um lado, com necessária atitude política e, por outro, com genuína preocupação social, ou seja, em linha com o melhor ADN da Europa Social, dos seus valores fundacionais, da construção europeia do pós-guerra. De igual modo, urge aumentar a nossa produtividade e a nossa riqueza, em indissociável equilíbrio com a responsabilidade social e a mudança das políticas de distribuição da riqueza. Esta, sim, seria uma mudança significativa da nossa cultura. Olhando para a realidade dos últimos 30/40 anos, estou possivelmente a exagerar no sonho, mas importa termos estes objetivos.

Voltando ao papel da universidade...

A Universidade tem de participar na construção de uma rede nacional e supranacional - uma rede em edificação - para, de forma multidimensional, darmos resposta a este flagelo da humanidade. Temos de chamar a nós, autarquias, instituições da sociedade civil, misericórdias, para levarmos a cabo um trabalho conjunto em diversas frentes. A Universidade pode e deve contribuir no quadro daqueles que são os principais objetivos da sua missão – os do desenvolvimento e transferência de conhecimento.

Sei que a EAPN Portugal aprovou em março de 2015 um “Compromisso para uma Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza” e nesse documento identifica como uma das três vertentes da Estratégia o “Conhecimento e monitorização do fenómeno...”. Pois então, a Universidade tem muito a contribuir, nomeadamente na área das Ciências Sociais com estudos, em consórcios de investigação, individualmente ou ao abrigo de diferentes parcerias. Pode e deve contribuir para identificar, quantificar, aferir da dimensão dos diferentes problemas, como ainda pode dar importantes contributos, noutras áreas, como seja a saúde pública; pode especificamente colaborar com o Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza que a EAPN inaugurou; como pode apoiar na formação de profissionais; como pode, também, fazer lobbying e acompanhar ou apoiar o desenvolvimento das políticas públicas. Como vê, no que reporta à colaboração com a EAPN, a Universidade tem muitas frentes de atuação.

Noutro plano, igualmente valioso, a Universidade tem uma responsabilidade de promoção de valores, direcionada aos mais novos, aos seus estudantes e com os seus estudantes, e estou a pensar na promoção do voluntariado social, com projetos estudantis; estes projetos servirão a sociedade, mas servem simultaneamente a missão da Universidade na formação global dos seus jovens, na promoção de valores humanistas.



Este ano, o nobel da economia foi atribuído a Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Kremer, pelos seus contributos no campo da economia do desenvolvimento, nomeadamente pela utilização de métodos experimentais para estudar quais as melhores políticas de combate à pobreza. Quer comentar?

A sua pergunta transporta-me ao passado. Há 40 anos, em 1979, o Prémio Nobel na área das Ciências Económicas (assumamos como correto o termo Prémio Nobel, face a alguma polémica sobre este prémio nesta área), foi atribuído a Theodore Schultz e a Arthur Lewis pelos seus “trabalhos revolucionários na pesquisa do desenvolvimento económico, considerando particularmente o problema dos países em desenvolvimento”. E recorde uma entrevista na televisão (BBC ou ITV, não sei precisar) a um outro laureado Nobel que fez um comentário, interessantíssimo, que traduzo livremente desta forma: só obtemos resultados importantes se estivermos a trabalhar em temas importantes para a Humanidade. Esta é uma ideia que faz parte de outras que ouvi e não mais esqueci. Mais recentemente, em 2015, Angus Deaton, foi laureado pela sua “...análise do consumo, da pobreza e do bem-estar” e, este ano, são distinguidos estudos sobre a pobreza global, sobre o que é conhecido como “Economia do Desenvolvimento”, um ramo da economia que se foca na promoção do crescimento económico e das mudanças estruturais em países pobres, ou menos ricos. Ora, relativamente ao ano em curso, li com interesse uma análise de enquadramento do problema, feita pelo Comité Nobel, justificando a atribuição (semelhante ao que exprimi sobre Portugal) e sustentando que “uma das questões mais urgentes da humanidade é a redução da pobreza global, em todas as suas formas, havendo mais de 700 milhões de pessoas ainda a viver com rendimentos extremamente baixos. Todos os anos, cerca de 5 milhões de crianças com menos de cinco anos ainda morrem de

doenças que muitas vezes poderiam ter sido prevenidas ou curadas com tratamentos baratos. Metade das crianças do mundo ainda saem da escola sem habilidades básicas de alfabetização e aritmética”. É, assim, inegável que a redução da pobreza é um problema global de extrema importância. Estes estudos, agora reconhecidos com este prémio, contribuem para melhorar as condições de vida de muitos milhões de seres humanos.

Os estudos permitem operacionalizar a prática, conduzir a ação...

Sem dúvida. Daí, também, a importância das pesquisas académicas, da validação científica. Mas reportando-me, ainda, à anterior questão, foco-me na realidade nacional e com a devida adaptação, no atinente à dimensão e à profundidade dos problemas, as palavras chave que caracterizaram o trabalho dos laureados ‘crescimento económico’ e ‘mudanças estruturais’, aplicam-se também às necessidades do nosso país. Sem crescimento económico não resolvemos o problema; se produzimos pouco, muito pouco chega a cada um, por muito justa que seja essa distribuição; o crescimento económico é condição necessária, se bem que não suficiente, para a erradicação da pobreza. Relativamente às mudanças estruturais, já as aflorei, mas acrescento e repiso: primeiro, precisamos de políticas de construtivismo solidário estável e não de assistencialismo ditado por urgências; por importante que seja a resolução pontual, a ação caritativa é, muitas vezes, ditada, no plano público, por diretrizes de oportunidade política; depois, precisamos de evoluir culturalmente na responsabilidade social e na nossa ‘bondosa’ permissividade à fuga a essa responsabilidade.

Foi diretor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e foi também o 19.º reitor da mesma instituição. O que mais o marcou neste último cargo?

Não abordarei aspetos políticos do ensino superior e da ciência. Limito-me a um comentário motivado pelo foco desta entrevista. Marcou-me muito o enorme potencial de bondade humana disponível na Universidade, tanto em estudantes como em docentes e em não-docentes, e que se traduz em disponibilidade para ações voluntárias destinadas a causas de apoio ao próximo. E esta disponibilidade, estou certo, existirá também noutras instituições. Logo, é papel das Universidades promover ações em prol dos mais carenciados.

No início do ano, durante um debate na Porto Canal, disse que “a missão da universidade é ou passa por



estar o mais possível ligada à sociedade”. Quer aprofundar?

Evito muito falar de mim próprio, mas sobre este aspeto sabe, quem me conhece, as convicções fortes nesta matéria, defendo ser obrigação da Universidade dar o passo de aproximação à sociedade em todas as áreas da sua missão: no desenvolvimento de conhecimento, na educação, na inovação, nas várias vertentes da expressão cultural (música, pintura, teatro, desporto...) e no voluntariado. As Universidades (falo das instituições do ensino superior e da investigação em geral) são, ou devem ser, as instituições promotoras da reflexão e das propostas reformistas da Humanidade, e devem fazê-lo de forma descomprometida e distante dos poderes de cada momento, certamente colaborando na discussão e elaboração das políticas públicas, mas de forma independente.

Um ano e meio depois de ter deixado a liderança da Universidade do Porto, aceitou ser o novo reitor da Universidade Portucalense. O que o moveu a anuir a este convite?

Razões simples: eu já conhecia de várias ocasiões públicas o Senhor Presidente, Professor Armando Jorge Carvalho que me fez a proposta de assumir as funções de Reitor; percebi que as ideias e linhas estratégicas de desenvolvimento da Portucalense se articulavam muito bem com as minhas próprias ideias sobre o ensino superior e a ciência; naturalmente, e do meu lado, esteve também a minha grande motivação em continuar a trabalhar ativamente, a nível conceptual e executivo, naquilo que considero ser um serviço público, prestado por uma instituição privada, nas áreas em que toda a vida trabalhei, o ensino superior e a ciência, áreas vitais para o nosso futuro coletivo.

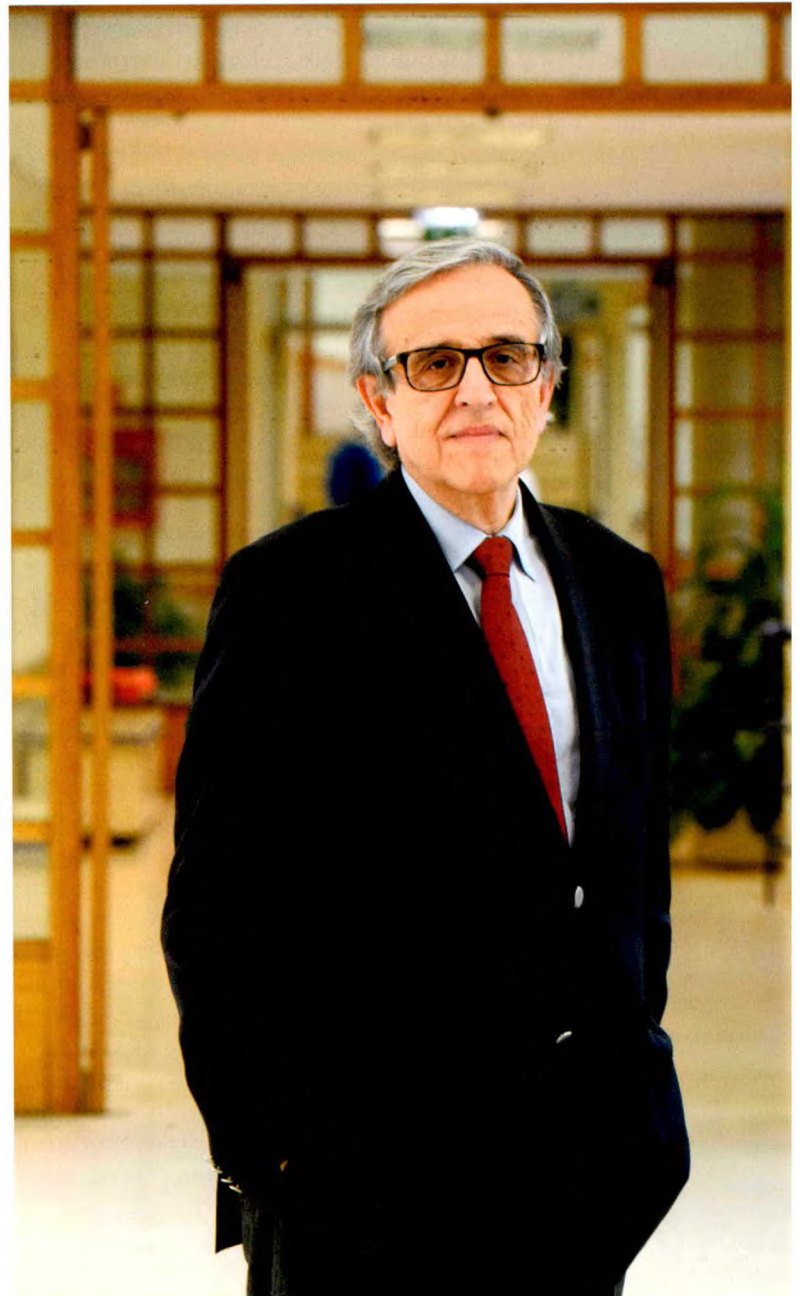
O salário mínimo subiu para 635 euros, aproximando-se do salário médio... comente as políticas salariais em Portugal, por favor...

Em termos europeus, pensando obviamente no custo de vida, o salário mínimo nacional é muito baixo, como baixos são genericamente os salários. Aliás, por esta razão é que observamos este fenómeno, bastante duro, de haver muitos pobres entre aqueles que trabalham. Compreenderá que não vou comentar propriamente as políticas salariais, não só porque não sou especialista, como também porque é um tema altamente complexo. Mas, remeto-a somente para duas ideias que já expressei. Não tenhamos ilusões: primeiro, sem crescimento económico, não conseguiremos dar a resposta social de que o país precisa; segundo, é necessária uma luta muito

determinada e firme contra a corrupção e contra as tantas formas que todos conhecemos de fuga às nossas responsabilidades sociais.

Um dos efeitos desta subida é que, com ela, sobem também as propinas mínimas no ensino superior público...

Considero que a propina mínima no sistema público não é questão. Relevam, isso sim, e muito, as decisões do governo de ter congelado primeiro e de ter baixado depois em 20% o valor máximo das propinas; de facto,





genericamente o valor adotado pelas instituições. Já me pronunciei publicamente sobre essa decisão que considero errada, não só na perspetiva do financiamento do sistema do ensino superior, como, e principalmente, na perspetiva académica, medidas que realmente foram tomadas sob pressão de uma visão ideológica que não resolve os nossos problemas. O necessário apoio aos nossos jovens, que terá de ser de grande dimensão, não se resolve desta forma.

O assunto merece um comentário complementar. Primeiro, do ponto de vista do financiamento das instituições (falo das públicas), havendo um reconhecido subfinanciamento das instituições, que se estima com facilidade como superior a 200 milhões de euros, não se entende que se vá diminuir significativamente esta fonte de receitas próprias. O governo compensará minimamente essa perda... mas então está a investir, para ir atrás do prejuízo, sem resolver o subfinanciamento. Depois, no plano académico, é pedagógico e formativo que os jovens adultos do ensino superior percebam e sintam o elevadíssimo custo do serviço que lhes é prestado.

Agora, que seja bem clara a absoluta necessidade de um aumento muito significativo do apoio do governo a todos os estudantes que desse apoio necessitem, e não só os do sistema público. De facto, suscito aos leitores que apreciem o importante relatório EURYDICE sobre Sistemas Nacionais de Propinas e de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior na Europa (documento relativo a 2018/2019). Da análise deste relatório ressaltam dois aspetos principais: a dimensão do valor das nossas propinas não é excessiva; Portugal está na cauda da dimensão da ação social que proporciona, tanto no valor das bolsas que é muito baixo, como em número, isto é, subindo o salário de corte do agregado em que o estudante se insere. O apoio aos nossos estudantes deve realizar-se pela ação social e não através da redução ou eliminação de propinas que paradoxalmente se revela como algo próximo de um 'bodo aos ricos'.

Qual a sua visão relativamente às políticas de apoio social para que as famílias possam ter, por exemplo, mais tempo com os filhos, melhor qualidade de vida?

Não é por ser pai de duas filhas e avô de três (a caminho de quatro) netas que digo o que vou dizer, porque houve um grande progresso cultural na nossa sociedade e hoje os pais repartem, com as mães, de forma exemplar, as responsabilidades parentais. Creio que, neste momento da nossa vida, todos, no Mundo Ocidental, percebem a gravidade do problema da natalidade e da necessidade de apoio à maternidade. Mas, em termos de legislação laboral, e falo de Portugal, estamos ainda bem longe daquilo que me parece ser necessário. Para lá das questões materiais importantes, incluindo aqui o abono de família e as deduções em sede de IRS, temos a limitada flexibilidade laboral para os jovens pais, o que contrasta com aquilo que eu considero ser a excessiva flexibilidade de sistema de horários permitida em geral a nível do sistema público (para lá da discussão política sobre as 35 horas semanais que deixo de fora). Obviamente que os pais de duas ou três crianças, se não tiverem o apoio dessa notável 'instituição nacional' denominada 'instituição-avó' terão uma vida bem difícil (para lá dos aspetos económicos). Poderia e deveria haver um conjunto de medidas laborais que ajudasse em vez de penalizar essas famílias.

Licenciado em Engenharia Química e com um relevante curriculum e experiência académica, como vê o futuro do ensino/educação em Portugal?

Há inequivocamente muitas questões relevantes a que temos que dar resposta, mas importa um comentário de enquadramento, de visão, que aliás se aplica à generalidade dos temas que abordei: Portugal é um País desenvolvido e é nessa perceção que falo, comento e critico; neste clube dos países desenvolvidos estamos na cauda; temos qualidade humana para termos uma qualidade de vida bem superior relativamente àquela de que disfrutamos, em que a pobreza emerge no topo dos problemas a enfrentar e resolver.

Neste quadro de qualidade temos um subsistema global do ensino secundário público e um subsistema global do ensino superior público regeneráveis, isto é, com fundações que podem ser aproveitadas, mas que estão a necessitar de muita reforma não só em termos dos conteúdos, como também relativamente aos estatutos dos seus atores principais, os professores. Reforma de que o sistema público em geral necessita. Veja-se o caso da saúde. É preciso mais dinheiro, certo. Mas os seriíssimos problemas de que padece não se resolvem com dinheiro. Voltando ao ensino, foco-me em dois problemas: primeiro, os nossos subsistemas não estão estruturados para a necessária massificação do ensino. A oferta a nível secundário e o acesso ao ensino superior têm de ser revisitos; os dois subsistemas não se articulam devidamente. Veja-se esta situação aberrante de os alunos que entram em segunda e terceira fases terem que 'apanhar o comboio já em franco andamento'. Mas, também temos um importante ensino profissional ainda sem a devida procura, assim como os cursos técnicos superiores profissionais que naturalmente lhes seguem, mas que não estão preparados para proporcionarem continuidade de estudos. Em segundo lugar, temos, tanto a nível secundário, como a nível superior, o grave problema do abandono escolar, que está longe de estar resolvido e este é em larga medida também um problema cultural. Nós temos de desenvolver estratégias de recuperação dos jovens.

Como cidadão, pai, avô, o que tem feito para ajudar à concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

A nível pessoal, o que faço não passa de micro contributos; a minha participação limitada em atividades da EAPN é um deles. Por outro lado, na minha ação quotidiana e pensando como penso que a educação dos jovens passa muito por aquilo que eles observam dos nossos comportamentos (e pela avaliação que fazem desses comportamentos) tenho a ilusão de que deixo às minhas netas um exemplo positivo em favor desses objetivos, desde logo no detalhe da defesa do ambiente, da sua sustentabilidade, nas suas várias nuances, e da promoção de uma vida saudável.

E o envelhecimento, assusta-o? O seu dinamismo indica que não...

Bom, de facto haja saúde, porque gosto muito de trabalhar e ainda não penso muito na velhice. O envelhecimento não me assusta, mas obviamente que vou pensando nele e lá virá o dia em que me reformarei completamente. No entanto, faço por realizar um envelhecimento ativo, até, como disse, dando atenção a práticas de vida saudáveis e não sendo frequentador de ginásios ando muito a pé; gosto de caminhar e tenho a sorte de viver perto do

mar. Do ponto de vista do envelhecimento da população, sim, é um problema social e grave. A população está a envelhecer, a natalidade não aumenta e os desequilíbrios que daí advêm, a precisar de novas respostas, em diferentes frentes, são muitos.

Podendo, que medida lançaria (ou reforçaria) para o bem-estar social?

Compreendo a sua pergunta, na senda da linha editorial da revista, mas é difícil e perigoso citar apenas uma, na medida em que nada resulta de uma só ação e podemos estar a desvalorizar as que não sejam citadas. Mas, sem desmerecer outras, noutras áreas, gostaria de alterar a legislação laboral em favor de jovens casais com filhos.

A que pergunta gostaria de responder e que eu não formulei?

Gostaria de comentar porque é que em 45 anos de democracia, tendo beneficiado de um enorme apoio europeu, Portugal continua a falhar na convergência para os padrões europeus e por que razão já tivemos de pedir, por três vezes, ajuda financeira ao FMI?

Então, comente e responda, por favor.

Apesar do progresso imenso que Portugal teve nos últimos 45 anos nós não estamos a convergir para a Europa a que aspiramos e isso dói-me. Temos todas as condições geográficas, de clima, humanas e, no entanto, Portugal não converge por questões culturais, de organização, e, também, por uma fuga à responsabilidade social. Nós somos muito permissivos (isto não tem nada a ver com democracia) e temos grandes dificuldades na organização racional, o que significa que não somos muito produtivos e a nossa competitividade é baixa. O escudo começou a desvalorizar em fevereiro de 1977 e desde aí fomos mascarando as nossas dificuldades; com a entrada do euro (de que sou a favor) perdemos a capacidade de usar esse "truque". Por isso digo que nos falta racionalidade e método e há excesso de permissividade. O sistema funciona mal de cima para baixo e urge rever velhos modelos de atuação que não nos deixam avançar, enquanto país com capacidade para o fazer. Não nos escondamos nos problemas internacionais para justificar a nossa situação. Quando, em 2010, entramos na banca rota, na sequência de uma corrupção brutal e impune, umas tantas pessoas apontavam o caso Lehman Brothers como responsável dessa situação, um argumento que distorce ou mascara a realidade; certamente foi um fator que contribuiu para tal, mas o FMI veio cá duas vezes antes dessa falência bancária nos EUA. Uma vez em 1977 e outra em 1983. Não atiremos areia para os olhos das pessoas. E não me alongo mais. •



À margem com... Sebastião Feyo de Azevedo

Um livro que recomende?

No presente contexto recomendo dois livros: o primeiro, da autoria do meu colega Gaspar Martins Pereira, precisamente sobre a “Rede Europeia Anti pobreza Portugal – 25 anos a construir caminhos para a erradicação da pobreza”. É um texto de reflexão notável, bem documentado, que, no essencial, identifica e vasculha a razão de ser desta organização não governamental. É um texto essencial para refletirmos sobre a pobreza que temos em Portugal e, um pouco, pelo mundo. O Segundo, intitula-se “The future of Capitalism – facing the new anxieties”, de Paul Collier. É um livro de grande alcance que nos traz uma visão do que correu (está a correr) mal com o capitalismo dos nossos dias e do que deve (e como deve) ser corrigido. Segundo George Akerlof, Nobel da Economia 2001, este será o trabalho mais revolucionário em ciências sociais, desde Keynes. E eu percebo o porquê desse comentário.

E um filme?

Vejo muito pouco cinema. Definitivamente não sou cinéfilo, não tenho NETFLIX e no zapping que ocasionalmente faço pelos canais disponíveis, vou saltando de canal em canal, de violência e sadismos em violência e sadismos, sem parar. Gosto de clássicos antigos e de musicais – o Mamma Mia, com a Meryl Streep, é harmonioso e divertido, bom para relaxar.

Um local que o convide?

São Leonardo de Galafura, a mais bela vista de Portugal cantada por Torga; o troço de rio Douro que daí se vê, entre a Régua e o Pinhão. Agora, já lá se chega de automóvel. Ficava a vinte minutos de burro, da casa do meu avô paterno. Foi assim transportado que fui lá pela primeira vez, na companhia de outros netos do avô, talvez há 55 anos. Já lá voltei recentemente, mais do que uma vez.

Um pintor que o inspire?

Como é possível limitar-me, novamente?

Na estética realista que tanto aprecio, cito Gustave Courbet (1819-1877) e a sua pintura social, apropriado ao enquadramento desta entrevista. Também nomeio António Macedo, nosso contemporâneo, é um retratista realista fascinante, como fascinante é o expressionismo de Cargaleiro.

Um blog, jornal ou revista que leia sempre?

O Expresso e o Público que leio desde os primeiros números.

Um provérbio ou um poema? Qual?

Mais uma enorme dificuldade de decisão...tenho na minha pequena biblioteca pessoal um livro belíssimo constituído por escolhas de obras primas da poesia e obras primas da pintura portuguesas. Sendo eu um ‘engenheiro com formação no País de Gales’, dessa obra escolho um poema escrito por um ‘engenheiro com formação na Escócia’: Tabacaria de Álvaro de Campos, datado de 15 de janeiro de 1928, publicado na revista Presença em julho de 1933. Os especialistas dizem ser o poema em que todo o Álvaro de Campos se concentra. Por curiosidade, os autores do livro a que me refiro, associaram a este poema, o tríptico, ‘A Partida dos Emigrantes’, de Almada Negreiros. Muito inspirador.



ID: 85531216

01-06-2020

Nacional Entrevista com Sebastião Feyo de Azevedo, Reitor da Universidade Portucalense